

Migração, transição e absorção em vinte cidades

ARTHUR L. SILVERS *

MORVAN DE M. MOREIRA *

1 — Introdução

Os planejadores do bem-estar social dos grandes centros urbanos, ao elaborarem seus planos, na tentativa de encontrar soluções para os problemas relacionados com a pobreza nas regiões mais dinâmicas, ficam frustrados em seus objetivos quando vêem que as metas dos seus projetos e programas tornam-se continuamente inadequadas ou desatualizadas, dada a persistente imigração proveniente de regiões mais pobres.

Em um bem conhecido artigo, Michael Todaro¹ desaconselhou o investimento continuado em projetos de bem-estar social nas regiões desenvolvidas. O seu argumento é de que tais projetos tornam-se parte da renda real das pessoas pobres somente se os pobres conseguirem localizar-se nas regiões em que são feitos tais investimentos. O que acontece é que na realidade os efeitos dos projetos se fazem sentir na ampliação dos diferenciais dos salários reais das populações urbanas e rurais e, desta maneira, aceleram o fluxo migratório rural-urbano. A consequência deduzida por Todaro é a de um aumento na taxa de desemprego urbano ou, usando suas palavras, um aumento no tamanho relativo do setor tradicional urbano em equilíbrio dinâmico.² A implicação disto é que projetos de bem-

* Do CEDEPLAR/UFMG.

¹ Michael Todaro, "A Model of Labor Migration and Urban Unemployment", in *American Economic Review* (março de 1969).

² *Ibid.*, p. 147.

estar social devem ser alocados, não nos já bastante atraentes, e grandes centros metropolitanos, mas sim nos centros rurais, onde o pobre rural teria acesso direto aos benefícios sem ter, entretanto, que migrar. Segundo Todaro, esta política reduz o diferencial urbano-rural, reduz o fluxo migratório e, portanto, reduz o desemprego urbano.

O apelo redistributivista desta política de pólo de crescimento orientada para o setor rural é bastante claro e, se é verdade que tal política diminui as externalidades negativas que inegavelmente existem nas grandes cidades, então ela também satisfaz os objetivos de eficiência econômica. Muito embora a experiência prática com esta política tenha sido desencorajadora, existe o desejo e boa razão para acreditar que, se nós conhecêssemos melhor o funcionamento desses pólos de crescimento, então um programa mais efetivo poderia ser elaborado.

O objetivo do presente artigo é bastante limitado. Nossa intenção é a de estudar o processo de absorção e de transição da força de trabalho nos centros rurais, visando a captar algumas características que possam servir de subsídios na elaboração de uma futura política governamental para a melhoria da distribuição espacial do desenvolvimento econômico brasileiro.³ Para tanto, trabalhamos com dados primários coletados em vinte cidades de Minas Gerais, o que pode representar uma limitação se as relações encontradas no território mineiro não puderem ser extrapoladas para os outros Estados do Brasil, mas que têm a vantagem de constituírem uma amostra mais homogênea, do ponto de vista cultural e econômico, do que aquela que teríamos se a seleção de cidades considerasse vários Estados e se as cidades servissem a mercados diversos.

Na seleção da amostra de vinte cidades procurou-se, explicitamente, conseguir um conjunto de centros de tamanho populacional diversificado, de modo a tornar possível uma análise dos efeitos diferenciais que a dimensão da cidade teria sobre o processo de absorção e transição da mão-de-obra, seja ela imigrante, seja local. O objetivo, neste caso, é o de verificar se existiria um tamanho "ótimo" de

³ Ver, a respeito, Hamilton Tolosa e Thomas A. Reiner, "The Economic Programming of a System of Planned Poles", in *Economic Geography*, 46 (3), (julho de 1970).

cidade; ótimo no sentido de que ele apresentaria uma capacidade de absorção e de transição ocupacional ascensional superior à dos outros tamanhos de cidade e, portanto, mais apto e eficiente para uma política que visasse à redução no nível de pobreza nos centros menos desenvolvidos.

Convém ressaltar duas características deste estudo: em primeiro lugar, a análise tem caráter preliminar e exploratório, já que é uma pequena parte de um estudo mais amplo sobre absorção de mão-de-obra que vem sendo desenvolvido pelo CEDEPLAR e a Resources for the Future, Inc.; em segundo lugar, toda a análise aqui apresentada baseia-se na oferta de mão-de-obra. A demanda foi também investigada nas vinte cidades mineiras, porém as informações contidas nos questionários aplicados não estão, até o momento, em condição de serem manipuladas.

2 — A absorção como um processo de transição

As análises de absorção de mão-de-obra são freqüentemente baseadas em medidas de taxas de crescimento do emprego.⁴ Se esta taxa excede a de crescimento da população pode-se inferir algo de benéfico para o bem-estar social. A nível nacional, e principalmente nos países altamente industrializados, tal procedimento tem sua validade. Entretanto, em uma região aberta, caracterizada por substancial pobreza rural e urbana, a dedução perde sentido, em virtude do grande número de fatores que devem ser levados em conta. Por exemplo, em uma região onde existe subemprego as taxas de crescimento da população local são um índice muito menos útil do crescimento da oferta de mão-de-obra do que as taxas de imigração. Considerando que imigração será incentivada pela melhoria das condições econômicas, um aumento no crescimento do emprego pode absorver poucos subempregados locais e muitos imigrantes induzidos. Da mesma forma, de acordo com Todaro, as melhorias salariais podem provocar aumento na imigração proveniente de áreas rurais pobres, aumen-

⁴ Ver, por exemplo, o estudo de Samuel Morley e Gordon Smith, "The Effect of Changes in Distribution of Income on Labor, Foreign Investment, and Growth in Brazil", Program of Development Studies, (Rice University, 1971), Paper n.º 15.

tando, temporariamente, o desemprego local. Utilizando o modelo conceitual de Dipak Mazumdar,⁵ os novos desempregados locais podem simplesmente “criar” as ocupações de que necessitam para sobreviver, reunindo-se aos grupos, já numerosos, de “vendedores de loterias” e “vendedores de limão.” Se as ocupações “novas”, criadas pela oferta, forem incluídas na taxa de crescimento do emprego, o índice resultante pode muito bem igualar-se à taxa de crescimento da oferta de mão-de-obra. Mas o que se nota é que esta descrição dificilmente refletiria a realidade, a qual é muito mais complicada.⁶

Acreditamos que uma análise da absorção de mão-de-obra em regiões menos industrializadas deveria fornecer informações que descrevessem o que ocorreu com aqueles que foram “absorvidos”. Será que simplesmente passam da pobreza da fazenda para a pobreza da favela nas cidades? Além disso, a análise deveria ampliar o conceito de “absorção”, isto é, de um conceito que sugere a “inalação” (passagem da situação de desemprego diretamente para a situação de emprego ativo e assalariado)⁷ para um conceito que admitisse a “osmose” (passagem da situação de pobreza rural para a de marginalidade urbana) e daí até uma ocupação de aprendizagem, etc. A migração, a mudança ocupacional e a variação da renda seriam, então, as variáveis de maior utilidade analítica.

Até certo ponto, as medidas acima citadas têm sido parte importante do vocabulário dos economistas, demógrafos, sociólogos e dos planejadores urbanos, todos eles interessados nos efeitos da migração rural-urbana na urbanização e no desenvolvimento, bem como na influência destes dois últimos aspectos sobre o bem-estar dos imigrantes.

⁵ Dipak Mazumdar, “The Theory of Urban Underemployment in Less Developed Countries”, (Washington, D.C.: Development Economics Department, The World Bank, maio de 1973).

⁶ Um índice que pode evitar esse problema, embora introduza outros, é taxa de crescimento do setor industrial, como foi usado por W. Baer e M. Hervé, “Employment and Industrialization in Developing Countries”, in *Quarterly Journal of Economics*, (fevereiro de 1966).

⁷ Como asseverou Mazumdar, as camadas pobres urbanas não teriam condições de ostentar tal luxo. Vide Mazumdar, *op cit.*

Um estudo sobre migrações escrito por Balan em 1968⁸ é um exemplo desse interesse. Balan quis estudar o processo pelo qual as cidades da América Latina absorvem os imigrantes das áreas rurais ou de outras cidades. Em primeiro lugar, foi capaz de mostrar que, ao contrário da crença popular, aqueles que imigram para uma determinada cidade não têm uma estrutura ocupacional inferior à dos nascidos ali. Na verdade, em uma boa proporção dos casos examinados, os imigrantes apresentavam estrutura ocupacional superior. Tal resultado seria uma resposta aos planejadores que temem que a imigração venha aumentar a pobreza urbana.

Mas o principal interesse de Balan foi o de investigar os efeitos da estrutura social e econômica da cidade sobre a absorção dos imigrantes. Encontrou, então, uma real evidência para a sua hipótese de que os imigrantes são melhor absorvidos nas cidades que vêm experimentando um crescimento econômico mais rápido e que têm estruturas de estratificação social menos limitadoras, embora a absorção se mostrasse inibida quando os imigrantes provinham de ambientes educacionais e ocupacionais que não os preparavam para participar da cultura urbana.

Embora suas idéias sejam estimulantes e convicentes, são relativamente insuficientes os dados de que Balan dispôs.⁹ Utilizando os dados publicados que pôde encontrar, sua análise tornou-se limitada pelas informações que mostravam as categorias ocupacionais daqueles que haviam imigrado para uma determinada cidade *versus* as categorias ocupacionais dos naturais do lugar. O problema é que muitos dos que vivem na cidade imigraram durante a infância, ou na adolescência, e foram subseqüentemente “educados” pela cultura urbana. Como o próprio Balan reconheceu, as características ocupacionais atuais dessas pessoas deveriam ser, portanto, semelhantes às dos que nasceram nesse ambiente cultural, como também deveriam ser as

⁸ Jorge Balan, “Migrant-Native Socioeconomics Differences in Latin American Cities: A Structural Analysis”, in *Latin American Research Review*, vol. IV, n.º 1 (Spring, 1969) pp. 3-29. Ver, também, uma análise mais profunda feita para a cidade de Monterrey, no México, por J. Balan, H. L. Browning e E. Jelin, *Men in a Developing Society* (Austin, Texas: University of Texas Press, 1973).

⁹ Na realidade, foi esta insuficiência que o motivou a juntar-se a Browning e Jelin, a fim de fazer o estudo mais profundo mencionado anteriormente.

daqueles que tenham integrado, por muitos anos, a força de trabalho urbana. Dados comparativos entre as características ocupacionais dos recém-migrados e dos demais membros da força de trabalho seriam um complemento essencial aos dados de Balan destinados à sua “análise estrutural”, permitindo refletir melhor as questões com as quais se confrontam os responsáveis pela política governamental ou os que se preocupam com ela. Tais dados juntamente com informações sobre a estrutura da mudança ocupacional recente (para ambos os tipos de população) nos forneceriam também, importante base para a análise da absorção, como procuraremos demonstrar.

Consideramos, em essência, a absorção de mão-de-obra um processo de transição semelhante ao processo probabilístico de Markov. Um indivíduo pode obter emprego em um mercado regional de mão-de-obra por meio de um dos vários estágios. Ele pode ingressar no mercado por força do crescimento populacional natural da região, como um “novo entrante” local, como um residente local que reingressa (depois de ter saído devido ao desemprego voluntário ou involuntário), ou como imigrante.

Ele entra, em qualquer uma das várias categorias ocupacionais, com uma certa probabilidade. Depois de um dado período, seu *status* ocupacional pode melhorar, permanecer o mesmo, ou piorar, e há certa probabilidade para cada uma dessas possibilidades, cujo valor dependerá da ocupação que ele possuía no início do período. Para que se possa compreender os efeitos da absorção de mão-de-obra, é necessário que se leve em conta as conseqüências de tais modificações no bem-estar dos imigrantes. Por exemplo, numa região onde a marginalidade e a pobreza constituem um problema social muito mais sério do que o desemprego, o processo de transição de uma ocupação marginal para uma ocupação qualificada assume maior interesse do que a transição de desempregado para a de empregado. Não obstante, o processo de transição, como foi esboçado anteriormente, considera estes diferentes tipos de “absorção”.

Por último, o nosso trabalhador pode sair do mercado de mão-de-obra da região, dada uma certa probabilidade: ele pode sair (por aposentadoria ou desemprego), emigrar ou morrer; cada uma dessas

situações com alguma probabilidade. Ilustramos, na Figura 1, este "processo de transição ocupacional".¹⁰

Na primeira linha dessa matriz quadrada acham-se as celas que denominamos P_{11} , ..., P_{1j} , ..., P_{1m} . São elas percentagens que indicam a probabilidade de um indivíduo se encontrar, no fim de deter-

FIGURA 1

UMA MATRIZ DE TRANSIÇÃO OCUPACIONAL ILUSTRATIVA

De:	Para:								
Status no período t-1	Status no período t								
DESEMPREGADO		P_{11}	P_{1j}	P_{1m}	$\sum_j P_{1j} = 1$
MARGINAL									
APRENDIZ									
i					P_{ij}				$\sum_j P_{ij} = 1$
...									
ALTAMENTE QUALIFICADO									
EMIGRANTE		0	0	0	0	0	0	1	$\sum_j P_{mj} = 1$

¹⁰ Enfoques semelhantes para a análise da distribuição dos indivíduos, não por classes de ocupação, mas por classes de indústria, e suas transições interclasses, pode ser vista em I. Blumen, M. Kogan e P. J. MacCarthy, *The Industrial Mobility of Labor as a Probability Process* (Ithaca, N. Y.: Cornell University Press, 1955); e L. McGinnis, "A Stochastic Theory of Social Mobility", mimeog., (New York State School of Industrial and Labor Relations, Cornell University, 1966). Os dois são sumariados em Otomar Bastos, *Simple Models of Group Behavior*, (New York: Columbia University Press, 1967), capítulo 8.

Esse enfoque também foi aplicado em análises de mudanças de distribuição de renda por J.P. Smith e J. N. Morgan, "Variability of Economic Well-Being", Papers and proceedings of *The American Economic Association*, (maio de 1970), pp. 286-288. Veja-se, também, L. Klein, *An Introduction to Econometric*, (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1962), pp. 165-170.

minado período (ou no início do próximo) em cada uma das possíveis ocupações, incluindo aquela em que ele se achava no início, como, por exemplo, desempregado. Tais probabilidades devem somar 100%, porque as possibilidades esgotam o seu universo. Uma vez que as pessoas não mudam seu *status* ocupacional rapidamente, esperaríamos encontrar na diagonal principal da matriz, que mostra a inexistência de transição, as maiores probabilidades em comparação com os valores numéricos das probabilidades de transição. Por outro lado, aquelas categorias que causam uma permanente saída do mercado de mão-de-obra (emigração, morte) teriam zeros em todas as celas da mesma linha, com exceção da cela da diagonal principal, que teria um valor unitário, indicando que a transição de uma categoria para outra categoria é impossível. Além disso, a estrutura das probabilidades de transição dentro da matriz pode confirmar várias hipóteses sobre o processo de transição ocupacional. Por exemplo, se o *status* social e o salário de uma ocupação são os únicos determinantes da probabilidade de que uma pessoa permaneça em sua ocupação, então, espera-se que as probabilidades ao longo da diagonal principal diminuam à medida que o salário dessa ocupação se torne relativamente menor. Pode-se verificar, também, se a hipótese de Balan, sobre o efeito exclusivo da necessidade de qualificação, ocorre em certas ocupações.

A matriz de transição é uma maneira apropriada de organização de informações para a análise do processo de absorção. Embora com certa deficiência, pudemos construir essa matriz com os dados coletados para este estudo, observando as características que acabamos de mencionar. Tal deficiência se resumiria no seguinte: ao usarmos uma pesquisa de campo para indagarmos dos residentes atuais de uma cidade qual é e qual era seu *status* ocupacional, não será possível obter informações dos que já emigraram.

Outra característica importante deste enfoque são as suas propriedades matemáticas, isto é, sua analogia com as cadeias de Markov.¹¹

¹¹ Existe uma ampla literatura que trata dos aspectos matemáticos dos processos de Markov. Veja-se, por exemplo, J. Kemeny, A. Schleifer, J. Snell, e G. Thompson, *Finite Mathematics with Business Applications*, (Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1962), Capítulo 8, Seções 8 e 9. Veja-se, também, Bartos, *op. cit.*, Capítulos 2-4.

Entretanto, não faremos uso dessa característica neste sentido, por duas razões. Em primeiro lugar, a cadeia de Markov requer que as probabilidades constantes da matriz de transição permaneçam constantes no tempo. Embora acreditemos que tais probabilidades sejam relativamente estáveis a curto e médio prazos, elas se alterarão a longo prazo, à medida que o grau de industrialização e a estrutura industrial se alterarem. Da mesma forma, uma política governamental efetiva (como um programa de treinamento de mão-de-obra) fará com que elas se modifiquem. Em segundo lugar, a cadeia de Markov exige, além das probabilidades de transição constantes, que a probabilidade de que um indivíduo esteja no fim do período em uma dada categoria dependa somente da categoria na qual ele se encontrava no início, e não do seu *status* em qualquer período prévio. Mas, como observaremos mais tarde, esta condição não parece ser satisfeita na realidade: os imigrantes que tinham uma dada ocupação no início do período têm diferentes probabilidades de transição (geralmente mais altas) do que os residentes nativos. Além disso, o estudo de mobilidade ocupacional feito por Blumen¹² mostrou que a probabilidade observada de que uma pessoa permaneça na mesma ocupação depois de dois, três ou mais períodos, é bem maior do que a probabilidade prevista de acordo com a cadeia de Markov.

Muito embora essas condições de uma cadeia de Markov não sejam satisfeitas em nossa pesquisa de 20 cidades, a transição, ainda assim, se processa de tal forma que a passagem de vários períodos de tempo, em um dado mercado regional de mão-de-obra, indicaria, eventualmente, que os imigrantes exibiriam uma distribuição ocupacional bem mais semelhante à dos nascidos ali do que os migrantes recentes. Este resultado, entretanto, ficará sujeito às condições de Balan, ou seja, que a estrutura econômica e social de uma economia urbana não iniba a mudança ocupacional.

¹² Blumen *et alii*, *op. cit.*

3 — Hipóteses e conceitos

3.1 — Condições do estudo

As cidades selecionadas para o presente estudo foram as seguintes: Alfenas (21.000 hab.); Araxá (32.000 hab.); Barbacena (58.000 hab.); Bom Despacho (19.000 hab.); Caratinga (28.000 hab.); Conselheiro Lafaiete (45.000 hab.); Curvelo (33.000 hab.); Diamantina (19.000 hab.); Divinópolis (71.000 hab.); Formiga (29.000 hab.); Frutal (17.000 hab.); Ituiutaba (49.000 hab.); Lavras (36.000 hab.); Passos (40.000 hab.); Patos de Minas (47.000 hab.); Ponte Nova (29.000 hab.); São João Del Rei (47.000 hab.); São Lourenço (18.000 hab.); Teófilo Otoni (66.000 hab.); e Varginha (37.000 hab.).

Nessa seleção procuramos observar os seguintes critérios ideais:

a) Cidades que estejam localizadas no interior agrícola, mas fora da nova fronteira agrícola que se desenvolve no oeste brasileiro.

A razão deste critério deve-se ao fato de que temos interesse em explicar como se desenvolve uma cidade que não é somente prestadora de serviços ao setor agrícola, mas que também começa a se industrializar, e como se dá a interação entre essa industrialização incipiente e o setor rural.

b) Cidades fora da região litorânea. A urbanização brasileira tem-se dado rapidamente ao longo da região litorânea, assim como ao longo da nova fronteira agrícola.¹³ Pela teoria de centro-periferia, a região intermediária estaria se esvaziando, e por esta razão escolhemos uma parte dessa região para testar tal hipótese.

c) Cidades de tamanho entre 20.000 e 100.000 habitantes. Excluíram-se cidades de menos de 20.000 habitantes porque suas funções são quase sempre a de fornecer serviços habitacionais ao setor agrícola e raramente são capazes de sustentar uma infra-estrutura ou um conjunto de atividades suficientemente desenvolvidas para se

¹³ George Martine e César Peláez, "Urbanization Trends in Brazil, 1940-1970", apresentado ao Technical Seminar on Urbanization and Population Growth in Latin America, (Rio de Janeiro: Organization of American States, abril de 1972).

tornarem centros naturais de crescimento. Razões financeiras foram fatores que obrigaram a exclusão de cidades acima de 100.000 habitantes, assim como cidades que preenchem o requisito acima, mas pertencem à área da Sudene.

d) Cidades distantes o suficiente, de forma a isolarem seus mercados de trabalho das demais.

e) Cidades que sejam centros econômicos zonais e subzonais. Ambas as características derivam do desejo de se ter uma região que exerça domínio sobre um interior agrícola por duas razões: 1) se duas cidades são interdependentes em termos de utilização da mão-de-obra,¹⁴ então as observações não serão independentes e os resultados estatísticos serão viesados; 2) a finalidade do estudo é analisar cidades que possam ser consideradas como centros de crescimento naturais.

Todavia, como é muito difícil que todas as condições ideais sejam preenchidas simultaneamente, registrou-se certa interseção dos mercados de trabalho, assim como a ocorrência de cidades de tamanho variando entre 17.000 e 71.000 habitantes.

Por outro lado, devemos ressaltar que os dados analisados referem-se apenas aos chefes de família, num total de 5.935 questionários. Desses, 90% são do sexo masculino e o tamanho médio da família é de 5,4 pessoas. Em média, apenas 1,6 trabalham, apesar de 3,4 pessoas serem maiores de 14 anos.

A amostra pesquisada é ao mesmo tempo, aleatória e estratificada. Na sua estratificação consideram-se os chefes de famílias de baixa qualificação ou não, bem como a distribuição geográfica da população, segundo as regiões censitárias definidas pelo IBGE para cada uma das 20 cidades. O número de questionários é igual para cada uma das cidades (300). Os dados foram coletados no período compreendido entre dezembro de 1972 e princípios de março de 1973, enquanto as entrevistas foram feitas nas residências, de tal maneira que não se dispõem de informações sobre as pessoas que emigraram nesse período.

¹⁴ Referimo-nos aqui aos centros urbanos dependentes, muitas vezes denominados "cidades-dormitório".

Finalmente, devemos ressaltar que os resultados ora apresentados são preliminares, uma vez que muitos dados ainda estão sendo processados. As porcentagens apresentadas resultam da ponderação dos 5.935 questionários, feita com a finalidade de restaurar a distribuição ocupacional e o tamanho original de cada cidade.

3.2 — O tamanho da cidade e a transição

Antes de apresentar os resultados, há ainda um aspecto conceitual do estudo que deve ser explicitado. A decisão de se adotar uma política de investimento público e de pólos de crescimento para alcançar metas de absorção de mão-de-obra e de produtividade agrícola coloca uma questão preliminar a respeito do tamanho da cidade. Que tamanho de cidade, neste “interior agrícola”, deve ser considerado?

Freqüentemente, ouvimos falar que os centros urbanos com 200.000 habitantes são melhores para uma política de pólos, não só porque apresentam condições de gerar seu crescimento internamente, como também porque, dada a ocorrência de indivisibilidades, os investimentos públicos seriam ineficientes em cidades menores, em virtude da escassez ou do excesso de capacidade produtiva que provocariam. Entretanto, tais cidades podem não servir como centros de crescimento para interagir com o setor agrícola porque, por serem grandes, podem não ser suficientemente descentralizadas espacialmente para atingir os objetivos desejados.

Por causa da importância desse problema, desagregamos os dados na tentativa de encontrar as relações entre o tamanho da cidade e a transição ocupacional.

4 — Os resultados estatísticos

4.1 — Migração: ocorrida recentemente ou alguma vez no passado

Voltemos ao argumento anterior sobre o processo de transição. Se nossa definição de migração for suficientemente ampla, de forma a

incluir como imigrante qualquer pessoa que em qualquer época tenha migrado, então não se observará nenhuma diferença acentuada entre o *status* do migrante e do nativo, a não ser que o pico da migração tenha-se dado em anos muito recentes.

Se os migrantes se inserem no processo de transição e se já migraram há muito tempo, observaremos que os mesmos, depois de percorrerem certas etapas desse processo, confundir-se-ão com os nativos.

Assim sendo, se temos interesse em analisar o diferencial de *status* entre os mesmos, nosso período de análise deve ser longo o suficiente para que se possa observar (na amostra) alguma migração e alguma transição estatisticamente significativas, mas, ao mesmo tempo, suficientemente curto para que possa refletir a periodicidade dinâmica do processo de transição. Com tal finalidade, construímos a Tabela 1, apresentada a seguir.¹⁵

TABELA 1

Migração, segundo a Ocupação do Trabalhador

Ocupação em Fins de 1971	Migração			
	1900/1972		1970/1972	
	% por Ocupação	Coefficiente de Concentração	% por Ocupação	Coefficiente de Concentração
Agricultores.....	44,1	0,878	7,6	1,027
Comerciantes.....	50,8	1,012	6,9	0,932
Burocratas.....	52,8	1,052	8,8	1,189
Trabalhadores de Média Qualificação.....	48,8	0,972	5,8	0,784
Trabalhadores de Baixa Qualificação.....	47,5	0,946	6,1	0,824
Trabalhadores em Construções....	52,2	1,040	7,7	1,041
Marginais.....	50,0	0,996	7,4	1,000
Não-Empregados.....	55,7	1,110	5,0	0,676
Outros.....	43,5	0,867	9,5	1,284
Total.....	50,2		7,4	

¹⁵ As ocupações acham-se definidas no Apêndice deste artigo.

Essa tabela foi elaborada considerando-se os dois tipos de migrantes acima apontados, quais sejam: a) pessoas que migraram entre 1900 e 1972, que chamaremos de migrante 1; e, b) pessoas que migraram no período 1970/1972, que chamaremos migrante 2.

Dadas as ocupações dos mesmos em fins de 1971 calculamos, em primeiro lugar, as percentagens por ocupação e, em segundo lugar, um coeficiente de concentração, dado pela percentagem dos migrantes por ocupação em relação à percentagem dos migrantes no total da população.

Se todos os elementos do vetor gerado pelo coeficiente de concentração forem aproximadamente igual a 1, isto significará que não existe uma diferença acentuada entre *status*, no caso ocupacional, do migrante e do nativo. Se, ao contrário, os elementos se diferenciarem de 1, concluímos pela existência dessa diferença, ou seja, quanto maior o desvio em torno de 1, maior a diferença de *status*.

Analisando a Tabela 1, concluímos que quando a definição adotada é aquela que considera migração entre 1900 e 1972 (migrante tipo 1), a diferença de *status* entre o migrante e o nativo é desprezível, mas no segundo caso (migrante 2, ou migrantes no período 1970/1972) tal diferença é acentuada. Não se faz necessário qualquer teste estatístico para verificar a diferença entre as colunas que contêm os coeficientes de concentração. Os valores máximo e mínimo do coeficiente de concentração para migrantes tipo 1 são, respectivamente, 1,110 e 0,867, com uma grande parcela dos mesmos em torno de 1. Para os migrantes tipo 2, os valores máximo e mínimo são, respectivamente, 1,284 e 0,676, com valores muito dispersos de 1.

Este fato é corroborado quando consideramos a distribuição percentual dos migrantes pelas classes de ocupação. Observa-se que o desvio das mesmas em relação ao total é muito menos acentuado para os migrantes 1 do que para os migrantes 2.

Se tomarmos a diferença, para 1, da razão entre os coeficientes de concentração por classes de ocupação, em valor absoluto, podemos ordenar as diferenças de *status* entre os migrantes 2. Quanto mais próximo de 0 o resultado, tanto mais semelhante os *status*, e vice-versa. Desta maneira, verifica-se que a diferença entre os migrantes é mínima para os trabalhadores englobados na classe construção, seguindo-se Marginais, Comerciantes, Burocratas, Agricultores, Tra-

balhadores de Baixa Qualificação, Trabalhadores de Média Qualificação, Outros e Não-Empregados, para os quais a diferença é máxima.

Se separarmos esta enumeração de categorias, observamos que aquelas onde a diferença de *status* é mínima são exatamente as que não exigem qualificação alguma (como no caso de empregados em Construção e Marginais) ou, quando a exigem, a qualificação é bastante específica (Comerciantes, Burocratas, Agricultores). As quatro classes restantes englobam uma multiplicidade de qualificações e participam com aproximadamente 50% do total dos empregados, conforme se pode verificar a partir da Tabela 2.

TABELA 2

Percentagem das Classes de Ocupação dos Chefes de Família em Relação à População em Fins de 1971

Classes de Ocupação	%
Agricultores.....	10,5
Comerciantes.....	9,4
Burocratas.....	12,8
Trabalhadores de Média Qualificação.....	22,1
Trabalhadores de Baixa Qualificação.....	10,8
Trabalhadores em Construções.....	13,0
Marginais.....	2,4
Não-Empregados.....	13,1
Outros.....	4,8
Total.....	100,0

Obs.: A soma da coluna não é igual a 100 devido a problema de arredondamento.

Considerando estes fatores, apesar de contarmos com dados sobre migrantes do tipo 1, uma análise que esteja interessada no processo de absorção e transição deve basear-se não em uma definição de migrantes que permita aos mesmos se confundirem com os nativos, mas sim, em uma onde tal situação ainda não tenha ocorrido. Este é o procedimento adotado neste trabalho, e nesse sentido continuaremos com uma análise da estrutura da transição ocupacional.

4.2 — Estrutura de transição ocupacional nas vinte cidades

A matriz de transição ocupacional que ilustramos anteriormente é agora apresentada na Tabela 3. Embora apresente grande quantidade de detalhes e, por isto, dê impressão de dificuldade na extração de informações relevantes, veremos que tal não ocorre.

Prosseguiremos analisando a matriz, com mais atenção no que se refere à transição ocupacional das ocupações de menor nível de qualificação. As conclusões são apresentadas nos itens seguintes. É conveniente chamar a atenção para o fato de que os dados da Tabela 3 se referem tão-somente aos chefes de famílias.

a) Começando na parte de cima da matriz de transição, na ocupação “fazendeiro”, e descendo na diagonal principal, não observamos uma forte tendência de diminuição da probabilidade de permanência em uma ocupação. Isto pode ser uma indicação de que os trabalhadores geralmente não mudam de ocupação, de acordo com o desejo de fortalecer seu *status*. Entretanto, como era esperado, as probabilidades ao longo da diagonal principal são muito maiores que as demais.

b) Entre os que eram não-empregados em 1969 (quase todos aposentados ou pensionistas) aqueles que desejavam voltar ao *status* de trabalhador ativo não se viram forçados a retornar ao fim da escala ocupacional. Na realidade, a ocupação mais freqüentemente citada foi “burocracia, setor privado”.

c) Ao contrário do que se acredita, uma proporção muito pequena dos lavradores (trabalhador de baixa qualificação, agrícola) entrou na força de trabalho por intermédio do setor “marginal”. Sete por cento entraram em um dos setores não-qualificados (serviços e construção civil na maioria das vezes), 3% entraram como “balconistas”, enquanto 4% conseguiram empregos como “trabalhadores, qualificação média”.

d) Como geralmente se acredita, os “marginais” (cambistas, biscateiros, lavadores de carros, ambulantes, etc.) têm uma mobilidade ocupacional muito baixa, sendo que 91% permaneceram nesse *status*. Dos poucos que mudaram de ocupação, a freqüentemente escolhida era a de balconista. Alguns, entretanto, conseguiram em-

pregos não-qualificados na indústria, e uma proporção semelhante (2%) sai da força de trabalho. O estudo revelou dois itens adicionais de interesse, relativos aos "marginais". Em primeiro lugar, seus salários de maneira alguma são os mais baixos. Na realidade, a proporção de trabalhadores não-qualificados nos setores de serviços, agricultura e de construção civil, que recebe menos de dois salários mínimos, é muito maior que entre marginais (81% dos marginais ganhavam menos do que dois salários mínimos em 1971). Em segundo lugar, eles atraem uma variedade de ocupações para aumentar a sua quantidade. Entre aqueles que se reúnem às fileiras de marginais estão os que eram fazendeiros, balconistas, trabalhadores de qualificação média e baixa, embora sendo mais freqüentes os trabalhadores de baixa qualificação do setor agrícola e do setor serviço, que são responsáveis por 35% dos novos marginais.

A conclusão a que se chega é a de que um setor marginal muito pequeno, representando somente 2,5% da força de trabalho das vinte cidades em 1971, não serve como um "tampão" para os recém-chegados trabalhadores agrícolas, mas como um "despejo" para uma variedade de ocupações. Aqueles que estão neste setor podem esperar ganhar alguma coisa a mais do que a maioria dos trabalhadores não-qualificados dos outros setores, mas o fazem à custa de uma mobilidade ocupacional reduzida. Aqueles poucos que realmente deixam o setor marginal preferem tornar-se "balconistas" com muito mais freqüência, do que adotar qualquer outra ocupação.

e) Os trabalhadores não-qualificados da construção civil têm uma propensão relativamente alta de mudar de ocupação. A mudança mais típica é a de tornar-se trabalhador qualificado do mesmo setor (3,33%). Entretanto, uma quantidade quase igual (3,50%) torna-se marginal ou sai da força de trabalho.

f) Os trabalhadores não-qualificados do setor de serviços têm uma mobilidade "interocupacional" relativamente baixa. Embora 2% ascendam para uma das ocupações operárias mais qualificadas, uma proporção maior (3%) deixa a força de trabalho.

g) Os trabalhadores não-qualificados do setor de transportes têm alto grau de mobilidade, embora não seja ascensional. Alguns (6%) tornam-se trabalhadores não-qualificados do setor de serviços ou do

Estrutura de Transição dos Chefes de Família Morando nas 20

OCUPAÇÃO EM 1971 \ OCUPAÇÃO EM 1969	Fazendeiros	Comerciantes	Burocratas Privados	Burocratas Públicos	Trabalhadores de Média Qualificação Transp.	Trabalhadores de Média Qualificação Público	Trabalhadores de Média Qualificação Serviço	Trabalhadores de Média Qualificação Indust.
Fazendeiros.....	88,4	4,8	0,4	0,5			1,1	
Comerciantes.....	0,2	93,3		1,0			1,1	
Burocratas Privados.....	0,5	0,4	91,3	1,2	1,3		0,3	
Burocratas Públicos.....		0,1	1,9	93,1			0,1	
Trabalhadores de Média Qualificação, Transp.....	0,1	0,3	1,1	0,1	91,0	0,9		0,1
Trabalhadores de Média Qualificação, Público.....		0,3		23,7		74,4		
Trabalhadores de Média Qualificação, Serviço.....		0,6	2,2	0,3	0,4	0,3	91,0	0,3
Trabalhadores de Média Qualificação, Indust.....		0,4	0,6		0,2		0,3	95,7
Trabalhadores de Média Qualificação, Const.....	0,2	0,2	0,3		0,1	2,5		0,6
Balconistas.....	0,1	1,3	0,3	0,1	0,8			0,8
Trabalhadores de Baixa Qualificação, Indust.....			0,8					1,4
Trabalhadores de Baixa Qualificação, Transp.....						0,9		2,1
Trabalhadores de Baixa Qualificação, Serviço.....				0,1	0,2		0,7	0,7
Trabalhadores de Baixa Qualificação, Const.....			0,3					1,3
Marginais.....								
Trabalhadores de Baixa Qualificação, Agric.....	0,1	1,0	0,4	0,4	0,8		0,2	1,4
Não-Empregados.....	0,2		6,2	1,1	0,3			0,4
Outros.....	0,2	0,5	0,7	0,7	0,1	0,3	0,8	0,5

Cidades, Em 31 de Dezembro de 1971 – Percentagem

Trabalhadores de Média Qualificação Const.	Balconistas	Trabalhadores de Baixa Qualificação Indust.	Trabalhadores de Baixa Qualificação Transp.	Trabalhadores de Baixa Qualificação Serviço	Trabalhadores de Baixa Qualificação Const.	Marginais	Trabalhadores de Baixa Qualificação Agric.	Não-Empregados	Outros	Total
0,4						1,6	0,1	2,3	0,3	100
	1,8							2,5		100
0,6	1,0						0,4	2,0	1,0	100
	0,1			0,1				4,5		100
	0,6				0,5	0,7	1,5	2,1	1,0	100
				0,6				1,0		100
0,7	0,3						0,2	2,7		100
0,4	0,7	0,8				0,5			0,5	100
91,8			0,3	0,9		0,4		1,8	1,2	100
	90,7	0,6		2,2		0,5	0,3	1,5	0,9	100
		94,6			1,3		1,8			100
1,3			84,0	3,3	0,9	1,6	2,8	1,3	0,9	100
0,7	0,2	0,7		91,6	0,4	0,8	0,3	2,0	0,9	100
3,3		0,6		1,0	87,9	1,8	0,9	1,8	1,1	100
	3,9	2,1			0,7	91,2		2,1		100
1,5	3,1	0,3	0,9	3,3	2,4	0,8	80,7	0,7	2,0	100
0,2				0,6	0,3		0,2	90,1	0,2	100
0,1	2,1	0,6		2,0	1,0	0,3	0,3	2,9	85,9	100

setor agrícola (de onde eles vêm?), enquanto outros (2%) entram no setor industrial como trabalhadores de qualificação média.

h) Os trabalhadores não-qualificados no setor industrial têm mobilidade ocupacional extremamente baixa. Aqueles poucos que mudam de ocupação tornam-se trabalhadores qualificados do mesmo setor, ou trabalhadores não-qualificados no setor de construção civil ou na agricultura.

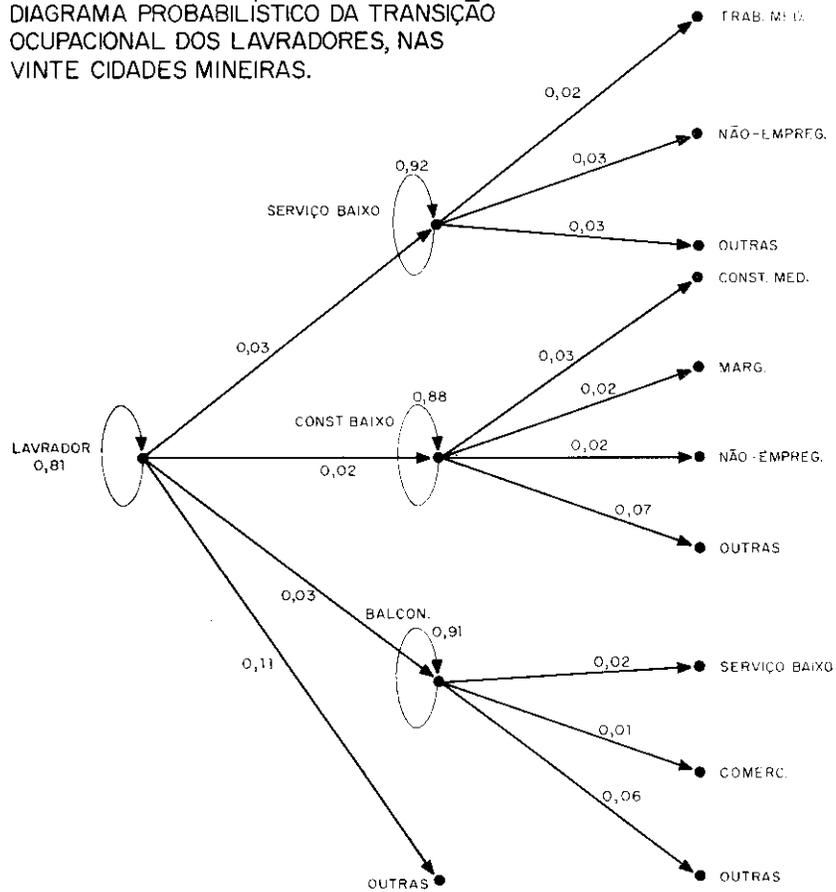
i) Dos 10% dos balconistas que mudam de ocupação, a maioria muda frequentemente para uma ocupação não-qualificada do setor de serviços (2%), enquanto os restantes (8%) obtêm empregos em uma variedade de setores. É surpreendente que somente 1% consegue subir na escala ocupacional para tornar-se "comerciante".

j) Examinando rapidamente os trabalhadores de maior qualificação, observamos que aqueles do setor industrial, como os não-qualificados do mesmo setor, têm uma mobilidade muito baixa. Pode-se presumir que a explicação desse fenômeno sejam os salários mais altos. De fato, observamos que os salários dessas duas classes de trabalhadores industriais são altos relativamente aos que são pagos (para o mesmo nível de qualificação) nos demais setores. Entretanto, os trabalhadores de qualificação média nos setores de serviços, público e de transportes (na maioria motoristas), têm maior mobilidade e acesso a ocupações burocráticas (a grande proporção de trabalhadores qualificados do setor público que entra na burocracia do mesmo setor não tem explicação).

Baseados nesses resultados, podemos traçar um quadro da mobilidade ocupacional "esperada" do trabalhador não-qualificado do setor agrícola, tarefa que pode ser simplificada pela utilização do diagrama em forma de árvore mostrado na Figura 2. Supondo que uma vez que o lavrador passe a exercer uma nova ocupação ele tenha as mesmas probabilidades de transição que os demais trabalhadores daquela ocupação, observamos que, embora ele seja prontamente absorvido na vida de trabalho urbano, a maioria dos caminhos que provavelmente percorrerá o manterá circulando dentro das categorias não-qualificadas.

FIGURA 2

DIAGRAMA PROBABILÍSTICO DA TRANSIÇÃO OCUPACIONAL DOS LAVRADORES, NAS VINTE CIDADES MINEIRAS.



4.3 — Transição ocupacional e tamanho da cidade

Dividimos a amostra dos chefes de família em dois grupos: os que imigraram para a cidade desde 1969 e os "locais", agrupando-os também de acordo com *status* ocupacional em 1969. Encontramos, então, para cada grupo, o número dos que passaram para uma ocupação superior, e dividimos este número pelo total do grupo. Consi-

derando o grupo dos imigrantes, denominamos essa percentagem de “probabilidade de um indivíduo de ocupação j , que imigra para uma das vinte cidades, melhorar sua ocupação”. Prevalece o mesmo raciocínio, caso se considerem os “locais”. Se os dados forem também agrupados por tamanho de cidade, poderemos, então, verificar se essas probabilidades de transição são influenciadas pelo tamanho da cidade. Tais informações encontram-se na Tabela 4.

TABELA 4

Percentagem dos Chefes de Família que Fizeram Transição para Cima, por Migração, Ocupação Inicial, e Tamanho da Cidade

Ocupação em Fins de 1969	Tamanho da Cidade		Total 20 Cidades
	< 40,000	≥ 40,000	
Migrante			
Balconista.....	00	00	00
Trabalhadores de Baixa Qualificação Mod.*.....	00	11**	07**
Trabalhadores de Baixa Qualificação Const.....	00	00	00
Trabalhadores de Baixa Qualificação Agric.....	36	23	31
Marginais.....	—	57**	57**
Não-Empregados.....	05**	27	18
Total Migrantes.....	21	22	21
Local			
Balconista.....	03**	04	04
Trabalhadores de Baixa Qualificação Mod.*.....	04	02	02
Trabalhadores de Baixa Qualificação Const.....	05**	05	05
Trabalhadores de Baixa Qualificação Agric.....	05	08	06
Marginais.....	00	06	04
Não-Empregados.....	03	03	03
Total Locais.....	03	04	04

* Inclui os setores indústria, serviço e transporte.

** Não é estatisticamente significativa, pois o número de observações é muito pequeno.

Verificando a última coluna, que fornece os totais das vinte cidades, constatamos que a maioria das ocupações de baixa qualificação mostra probabilidades de transição bem maiores em relação dos imigrantes do que aos "locais". Todavia, essa vantagem é essencialmente limitada aos imigrantes nas cidades maiores (população entre 40.000 e 71.000 da amostra). Se os trabalhadores imigram para as cidades menores (população entre 17.000 e 39.999), então, somente se provierem do setor agrícola é que suas esperanças de uma mais rápida mobilidade ascensional serão satisfeitas. Além disso, para os "locais" a maior parte das ocupações apresenta melhor mobilidade ascensional nas cidades maiores, sendo apenas uma exceção surpreendente a dos trabalhadores não-qualificados do setor "moderno".

O estudo adicional das probabilidades de transição por tamanho de cidade mostrou que em adição aos 36% dos trabalhadores agrícolas de menor qualificação que imigraram para as cidades menores e que tiveram uma transição ascensional, outros 20% conseguiram emprego não-agrícola, embora não-qualificado, nesse grupo de cidades. Somente 44% não foram absorvidos pelo mercado. O mesmo tipo de análise aplicado aos imigrantes agrícolas nas cidades maiores mostrou que 67% não foram absorvidos, enquanto que para aqueles trabalhadores agrícolas que já moravam em uma das cidades essa percentagem se eleva para 83%.

As vantagens apresentadas pelas cidades menores na absorção de trabalhadores agrícolas podem ser ainda realçadas, se examinarmos os mesmos dados de uma maneira um pouco diferente. A Tabela 5 mostra, para cada tamanho de cidade, a proporção daqueles que tiveram transição ascensional, segundo as categorias ocupacionais de origem. Nas cidades menores, agregando-se os imigrantes e os locais, observamos que 46% dos que tiveram transição ascensional eram anteriormente trabalhadores agrícolas, enquanto a proporção correspondente nas cidades maiores foi de 32%. As cidades maiores parecem fornecer melhores benefícios de transição ascensional aos balconistas, aos marginais e aos não-empregados. Sem dúvida, este resultado reflete a maior proporção destas ocupações entre os trabalhadores que residem e/ou que imigram para as cidades de mais de 40.000 habitantes.

TABELA 5

*Distribuição Migratória e Ocupacional dos Chefes de Família
de Baixa Qualificação que Fizeram Transição para Cima,
por Tamanho da Cidade* em %

Ocupação em Fins de 1969	Tamanho da Cidade	
	< 40,000	≥ 40,000
Migrante		
Balconista.....	00	00
Trabalhadores de Baixa Qualificação Mod...	02	03
Trabalhadores de Baixa Qualificação Const..	00	00
Trabalhadores de Baixa Qualificação Agric..	26	07
Marginais.....	—	04
Não-Empregados.....	01	06
Local		
Balconista.....	08	11
Trabalhadores de Baixa Qualificação Mod...	21	07
Trabalhadores de Baixa Qualificação Const..	07	06
Trabalhadores de Baixa Qualificação Agric..	20	25
Marginais.....	00	07
Não-Empregados.....	15	25
Total Migrantes e Locais.....	100%	100%
Total Números Absolutos.....	1051	1538

Obs.:Onde a soma das colunas não for igual a 100 deve-se a problema de arredondamento.

Será que a superioridade das cidades menores, na absorção dos trabalhadores agrícolas, provém do fato de terem uma proporção relativamente maior de trabalhadores agrícolas na sua força de trabalho? Evidentemente que não. Constatamos que as cidades maiores têm aproximadamente a mesma proporção de trabalhadores agrícolas (9,8%) que a das cidades menores (10,1%).

5. Conclusão

Concluindo este artigo, apresentamos os primeiros resultados do estudo sobre mercados de trabalho nas vinte cidades de Minas Ge-

rais. A análise foi efetuada em termos de estrutura de transição ocupacional, com especial atenção ao tamanho das cidades. Desse modo, verificamos que:

a) Os “recém-migrados” mostram uma estrutura ocupacional bastante diferente daquela dos “locais”, enquanto os que já imigraram alguma vez exibem uma estrutura ocupacional semelhante à dos “locais”;

b) Os trabalhadores agrícolas não-qualificados estão sendo absorvidos mais rapidamente nas vinte cidades que as demais classes ocupacionais de trabalhadores. Estão sendo absorvidos em grande variedade de ocupações, embora mais prontamente nas ocupações de menor qualificação dos setores serviços e de construção civil. Os trabalhadores agrícolas não tendem a procurar as ocupações marginais, nem estas lhes servem de apoio.

c) Concluimos que as cidades menores (de tamanho entre 17.000 e 40.000) foram as que contribuíram de maneira mais eficiente para o objetivo de absorção da força de trabalho proveniente do campo.

Contudo, melhores interpretações destes resultados e discussões sobre políticas governamentais para lidar com tais tipos de problemas são questões que deverão ser analisadas em trabalhos futuros.

APÊNDICE

Para melhor compreensão analítica, apresentamos a seguir as definições ocupacionais utilizadas neste estudo:

Fazendeiros — fazendeiros e sitiantes (proprietários rurais).

Comerciantes — comerciante ou sócio de firmas comerciais.

Burocratas Privados — proprietários; profissionais liberais e técnicos de nível superior, cargos médios de supervisão, direção, inspeção e administração; técnicos de nível intermediário e ocupações não-manuais de rotina.

- Burocratas Públicos — burocratas do setor público — cargos políticos, diplomáticos e do poder judiciário; profissionais liberais e técnicos de nível superior; cargos médios de supervisão, direção, inspeção e administração; técnicos de nível intermediário e ocupações não-manuais de rotina.
- Trabalhadores de Média Qualificação, Ind. — ocupações manuais especializadas e supervisores de trabalho manual no setor industrial.
- Trabalhadores de Média Qualificação, Serv. — ocupações manuais especializadas no setor serviço.
- Trabalhadores de Média Qualificação, Transp. — chofer de veículos automotores e proprietários autônomos de veículos.
- Trabalhadores de Média Qualificação, Constr. — ocupações manuais especializadas no setor de construção civil.
- Trabalhadores de Média Qualificação, Públic. — ocupações manuais especializadas no setor público.
- Balconistas — balconistas e comerciantes autônomos.
- Trabalhadores de Baixa Qualificação, Agric. — trabalhadores de baixa qualificação no setor agrícola.
- Trabalhadores de Baixa Qualificação, Ind. — ocupações manuais não especializadas; auxiliares e aprendizes de ocupações manuais especializadas no setor industrial.
- Trabalhadores de Baixa Qualificação, Serv. — ocupações manuais não especializadas; auxiliares e aprendizes de ocupações manuais especializadas no setor serviço.
- Trabalhadores de Baixa Qualificação, Transp. — ajudante e carregador de caminhão; carvoeiro e carroceiro; cobrador de ônibus e trens; guarda-chave, foguista; charreteiro.
- Trabalhadores de Baixa Qualificação, Const. — trabalhadores de baixa qualificação; ocupações manuais não especializadas; auxiliares e aprendizes de ocupações manuais especializadas no setor construção civil.

Marginais — cambista, engraxate, lavador de carros, vassoreiro, faxineiro, biscateiro, prostituta.

Não-Empregados — todos os que não participam da força de trabalho: aposentados, estudantes, pessoas que vivem de renda, de ajuda de pessoas da família, desempregados, estudantes.

Outros — todas as profissões não classificadas acima.

Nas Tabelas 1 e 2, foram observadas as seguintes agregações:

Agricultores — fazendeiros e trabalhadores de baixa qualificação agrícola.

Comerciantes — comerciantes e balconistas.

Burocratas — burocratas públicos e burocratas privados.

Trabalhadores de Média Qualificação — todos os trabalhadores classificados em trabalhadores de média qualificação, exclusive aqueles do setor de construção civil.

Trabalhadores de Baixa Qualificação — todos os trabalhadores classificados em trabalhadores de baixa qualificação, exclusive aqueles do setor de construção civil.

Trabalhadores em Construções — trabalhadores de média e baixa qualificação no setor de construção civil.

